



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	15838/2024
Data do Início	02/07/2024
Folha	16
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 25073/2023, Pregão Presencial 07/2024**

**OBJETO:** Registro de preço para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de tecnologia da Informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **TRANSFORMATIO TECHNOLOGY LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em

julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.”

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

**II – DAS RAZÕES**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	15838/2024
Data do Início	02/07/2024
Folha	17
Rubrica	

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório.

### **III – DO MÉRITO**

Em suas razões, o impugnante alega que o edital do certame supracitado, contém previsão contrária à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui, no item 4.20.10 do edital, exigência injustificadamente restritiva que prejudica a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

“4.20.10. Apresentar os certificados ANATEL para comercialização de placas wireless e bluetooth. ”

Quanto ao item questionado pela impugnante, cumpre destacar que versa estritamente sobre apontamento que diz respeito à necessidade e exigência da Secretaria Requisitante e que não cabe a esta especializada aprofundar o debate.

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que o ponto atacado nas razões da peça impugnatória é estabelecido pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

### **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 02/07/2024

---

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Mat. 111.813

De acordo

---

Flávia Maria Nogueira Mattos  
Pregoeira  
Mat. 109.262